

PINHEIRO, Francisco Irajá. **O Menino da Ilha**. 2. ed. Fortaleza: não possui, 1997. 149 p.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte da renascença. In: PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 47-87.

SILVA, Lúcia Maria da (Org.). **Àlbum do Jaguaribe, 1998**. Fortaleza: Premium, 1998. 128 p.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-24.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 420 p.

PARLENDAS: O SABER FOLCLÓRICO POR VERÍSSIMO DE MELO (1949)

Ewerton Wirley Silva Barros
Mestrando em História (UFPE)
ewertonwirley@gmail.com

RESUMO

Nos anos 1940, o saber folclórico passou por efervescência intelectual brasileira na construção de seu escopo teórico-metodológico. Veríssimo de Melo (1921-1996) foi um dos intelectuais que portou-se na contramão da fabricação até então realizada pelo Movimento Folclórico Brasileiro: inclinou suas análises às expressões culturais infantis. Alguns desses resultados podem ser averiguados na sua obra *Parlendas* (1949), que reuniu parlendas infantis e através delas realizou proposições teóricas no saber folclórico. Desse modo, nosso objetivo central é de problematizar os mecanismos utilizados por Veríssimo na referida obra para a construção do saber folclórico, bem como investigar o cenário intelectual que o primeiro esteve inserido. A nossa fundamentação teórica baseia-se nas reflexões de *intelectual, biografia, memória e relações de saber e poder*, propostas por, respectivamente, Bourdieu, Bergson e Foucault, e instrumentalizamos a nossa metodologia na *arqueologia do saber* por meio deste último.

Palavras-chave: História dos Intelectuais; Movimento Folclórico Brasileiro; Folclore Infantil.

O Movimento Folclórico Brasileiro

O conceito *movimento* vem do latim, *movere*, que segundo o dicionário de Português⁴⁶, significa ato ou efeito de deslocar-se. Outrora inerte, o movimento desprende o que está posto, causa rupturas, emerge acontecimentos e propõe novos significados. A reflexão em torno do conceito de movimento que atribuímos para este trabalho diz respeito à formação do saber folclórico no Brasil, especificamente através de uma análise da contribuição do intelectual Veríssimo de Melo (1921-1996) em sua obra *Parlendas* (1949).

A formação das chamadas Humanidades no Brasil na virada do século XIX ao XX que, posteriormente, vieram a ser formalizadas e instituídas como Ciências Humanas, estiveram interligadas ocasionalmente à fabricação de um pensamento social brasileiro, em que o eixo central de discussão era a ideia de *identidade nacional*. Questionamentos como “O que é *ser* brasileiro?”, “Quem é o povo brasileiro e que lugar ocupa na nação?”, “Haveria uma essência entre as *raças* que formaram e formam a nossa nação?” foram alguns de muitos outros realizados por algumas vertentes intelectuais. A busca por uma formulação de projeto que afirmasse o Brasil enquanto nação, bem como uma suposta essência de seus sujeitos foi um tema recorrente.

Nesse cenário, segundo Daniel Pécaut (1990, pp. 14-15), o ato de *organizar* a nação seria uma missão posta à elite, onde intelectuais exerceriam o papel de forjar um povo, traçando uma cultura que fosse capaz de assegurar a sua unidade. Foi nesse momento que podemos perceber certos *movimentos* de diálogos intelectuais balisados em

⁴⁶ Significado de Movimento. **Dicionário Online de Português**, 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/movimento/>>. Acesso em: 6 de agosto de 2019.

reflexões de ciências e saberes que ainda estavam em formação no Ocidente, como a História, a Sociologia, a Antropologia e o Folclore – saber que diz-nos respeito a este trabalho.

Ao tempo que estes saberes eram construídos, seus fabricantes também ressignificavam-se. Anteriormente tidos como eruditos que possuíam um vasto conhecimento que entrecruzavam pelos saberes matemáticos e da natureza, passaram, na ocasião, segundo Albuquerque Júnior (2005, p. 45) a “buscar a profundidade em vez da vastidão, um olhar que agora em vez de percorrer várias superfícies procuraria se fixar em um ponto dado do campo do conhecimento para esquadrinha-lo com maior precisão”. Assim sendo, essa profundidade exercida por esses atores delimitaram os seus ofícios e, conseqüentemente, os saberes dentro das humanidades.

No caso da região Norte, os intelectuais eram em sua maioria oriundos de famílias que encontravam-se em declínio financeiro e também receavam a perda de *status* na sociedade. Desse modo, eles vão ao encontro do povo no almejo de encontrar não somente proteção política, mas “aliados na defesa de um modo de vida, de uma realidade social que estaria ameaçada pela modernidade”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013b, p. 58). Assim sendo, operacionalizamos o intelectual como um mediador e inventor de uma cultura que ao ir ao encontro das comunidades, ele seleciona, agrupa, conceitualiza e silencia suas manifestações culturais de acordo com o seu lugar social, ao passo que media tais fabricações à mídia e à universidade. (GOMES; HANSEN, 2016). Ao tempo que ele produzia tais significados, o intelectual, na ótica de Pécaut (1990, p. 9), colocava-se enquanto elite e/ou povo quando eram-lhes conveniente, tendo em vista que o mesmo transitava entre os dois grupos sociais. Nesse momento, uma cultura do povo estava sendo construída por intelectuais: o Folclore brasileiro.

Na tessitura de criação do referido saber, isentamo-nos de quaisquer percursos que venham nos dirigir às origens, por concordarmos com Marc Bloch (2001) que tal busca pelo o início pode-nos seduzir aos efeitos da causa e efeito, assim como o começo enquanto explicação. Desse modo, percorremos o caminho *arqueológico* refletido por Michel Foucault (2008), ao propor que o operacionalizador aproxime as redes e discursos que constituem tal objeto, no nosso caso, os discursos que formaram o saber folclórico.

Na teia de complexidade que fundamenta o referido saber, podemos perceber que: a maioria de seus agentes o recorrem-no como uma forma de proteção intelectual-familiar desencadeado pelas transformações sociais, isto é, da ascensão capitalista que ao tempo que atingiam em cheio às oligarquias cometendo-as declínio financeiro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013a), ela também impôs um novo tempo ao povo – tempo cronológico que delimitou os horários de trabalhos e, conseqüentemente, as expressões culturais do povo, daí a necessidade do intelectual de salvaguardar essa cultura que em sua concepção estavam em decadência (THOMPSON, 2012); um saber que ao ser produzido e dirigido, posteriormente, à comunidade acadêmica esteve interligado ao pensamento social brasileiro, produzindo novos significados à identidade nacional; e que, por fim, seus atores buscaram formas de instituir seus ofícios e práticas enquanto ciência. (VILHENA, 1997).

Os *movimentos* em torno da invenção do saber folclórico, bem como de seus agentes e sua mediação entre o povo e a comunidade intelectual, vieram a se aglutinar a partir dos anos 1930 com a implantação das universidades no Brasil. Nestas, os intelectuais enxergaram-na como meio de institucionalizar seus ofícios, práticas e saberes produzidos. Os intelectuais do folclore também pleitearam por um lugar acadêmico, e um dos critérios para obterem tal espaço era de estar em acordo com o paradigma que presidia a instituição universitária, o dito *positivista*, que impunha objetividade e neutralidade nas pesquisas de seus atores e, sobretudo, na criação de campos de saberes.

O *movimento* em torno do folclore gerado por intelectuais rendeu-lhes redes de sociabilidades e, posteriormente, instituições. Nesse cenário, atentamo-nos ao intelectual Veríssimo de Melo, natural da cidade de Natal, que promoveu discussões folclóricas na contramão do que até então vinha sendo realizada pelo Movimento Folclórico Brasileiro: estes que promoviam estudos culturais voltados para a fase adulta humana, o segundo voltou-se para à fase infantil. Em vista disso, vejamos um breve recorte biográfico de Veríssimo, com o foco em sua trajetória intelectual nos anos 1940.

Veríssimo de Melo

O ano era de 1949 quando Veríssimo de Melo – Vivi, na intimidade, para familiares e amigos – encaminhava-se mais uma vez ao seu local de trabalho: a Prefeitura de Natal, onde exercia o cargo de Chefe de Gabinete. Enquanto os raios solares abrangiam o céu da cidade, o vento perpassava-lhe pelo corpo ziguezagueando até chegar levemente aos poros de sua face. O vento em movimento lembra-nos um pouco da História: sem linearidade, presas ou amarras, passa por nós arrastando consigo um pouco de nossos sonhos, sentimentos e projetos. O vento passa, a História também. Se faltava um ano para iniciar a década de 1950 no calendário ocidental, a década de 1940, especificamente a sua segunda metade fora-lhe de significativas realizações acadêmicas, profissionais e amorosas.

Nos seus percursos acadêmicos, iniciou o Bacharel em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1942, mas transferiu no ano seguinte para a Faculdade do Direito em Recife e concluiu nesta em 1948. Nessas transições de espaços, Veríssimo desenvolveu afetos e redes de sociabilidades por onde passava. Em Natal, foi convidado pelo seu amigo e Prefeito Sylvio Pedroza a ser Chefe de Gabinete da Prefeitura, o que aceitou e foi nomeado em 1947. Foi também nesta cidade que conheceu Noemi Noronha de Melo, onde teceram laços afetivos e casaram-se em 1948. Ainda neste ano, em Recife, trabalhou no Diário de Pernambuco, onde publicou suas pesquisas folclóricas na coluna *Notas de Folk-Lore*.

A sua atuação triade em cargo municipal, jornalista e folclorista foi algo que ocorreu de forma similar com outros intelectuais na época. As relações destes com o Estado através de indicações de amigos ou parentes retratavam as suas relações políticas estabelecidas com as elites. O ofício nos periódicos emergia nesse intervalo de tempo, em que conjecturados como detentores das letras, escreviam sob suas óticas para a sociedade. (RAMA, 2015). Não obstante, também incrementavam nos jornais uma forma de promover os seus estudos e pesquisas e, assim, realizarem diálogos com outros intelectuais.

Nessa trajetória intelectual permeada de deslocamentos profissionais, Veríssimo publicou seus dois primeiros livros de estudos folclóricos no ano de 1948, respectivamente, intitulados, *Adivinhas* e *Acalantos*. Sua proximidade com esse campo

de saber parece-nos estar interligado aos diálogos desenvolvidos com Luís da Câmara Cascudo, seu amigo pessoal de Natal e também intelectual do folclore. Segundo Veríssimo, foi o próprio Cascudo que o iniciou nos estudos folclóricos, orientando-o a enveredar pelo folclore infantil: “Foi o velho Mestre Cascudo quem me envenenou. [...] um dia ele me disse: ‘Veríssimo, você pode fazer um bom trabalho na área do folclore infantil’. Deu-me a bibliografia fundamental e me orientou”. (GOMES, 1991).

Essa relação intelectual entre Veríssimo e Cascudo reflete a posição que este ocupava no Movimento Folclórico Brasileiro: um dos maiores pesquisadores e escritores da área de sua geração (VILHENA, 1977, p. 77), colocando-o numa hierarquia frente ao primeiro. Assim sendo, a indicação de Cascudo a Veríssimo aos percursos do folclore infantil demonstra uma relação de saber e poder entre os dois, tendo em vista que o primeiro, dotado de um poder simbólico, era referencial no campo intelectual em formação, além de apontar a vertente folclórica a ser explorada por Veríssimo e, decerto, o aceite deste na área.

Essa relação intelectual veio a ser estreitada quando, em 1948, Veríssimo passa a ocupar o cargo de secretário na Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) – instituição intelectual de caráter folclórica fundada e presidida por Cascudo no ano de 1941 em sua casa, Natal. A instituição tinha como objetivo central pesquisar, estudar e sistematizar o folclore local e nacional, recolhendo e analisando todas as manifestações da ciência popular, relacionadas com essa disciplina. (ESTATUTOS, 1942. p. 3).

A perspectiva teórico-metodológica adotada e orientada aos seus membros consistia em: ilustrar as pesquisas com fotografias, se possível; classificação científica de espécies animais e vegetais, quando abordados; o estudo de variantes dos costumes estudados, comparando-os as similaridades e divergências no mesmo Estado, Região ou outros espaços; na fidelidade da pesquisa, isto é, sem interferir no material coletado,

prezando por uma suposta neutralidade e objetividade⁴⁷. Dessa forma, as orientações condiziam com o paradigma científico da época: o positivismo que, de acordo com Albuquerque Júnior (2005, p. 48), representava um conjunto de regras para a produção do conhecimento científico, fundamentando-se na já mencionada busca pela *objetividade, realidade e verdade*. Veríssimo, em suas pesquisas, balisou-se das referidas orientações, como veremos adiante.

Por fim, outro aspecto que demonstrou afinidade entre os dois intelectuais foi o recebimento de um auxílio no valor de Cr\$1.000,00 (Mil cruzeiros) da parte de Cascudo para que Veríssimo publicasse seu livro *Parlendas*. No próximo tópico, descortinaremos os meios, métodos e fontes instrumentalizados por Veríssimo na tessitura de sua obra.

Parlendas

⁴⁷ Para mais informações sobre a Sociedade Brasileira de Folclore, cf.: BARROS, Ewerton Wirlley Silva. **Nos enredos do folclore**: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963). Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

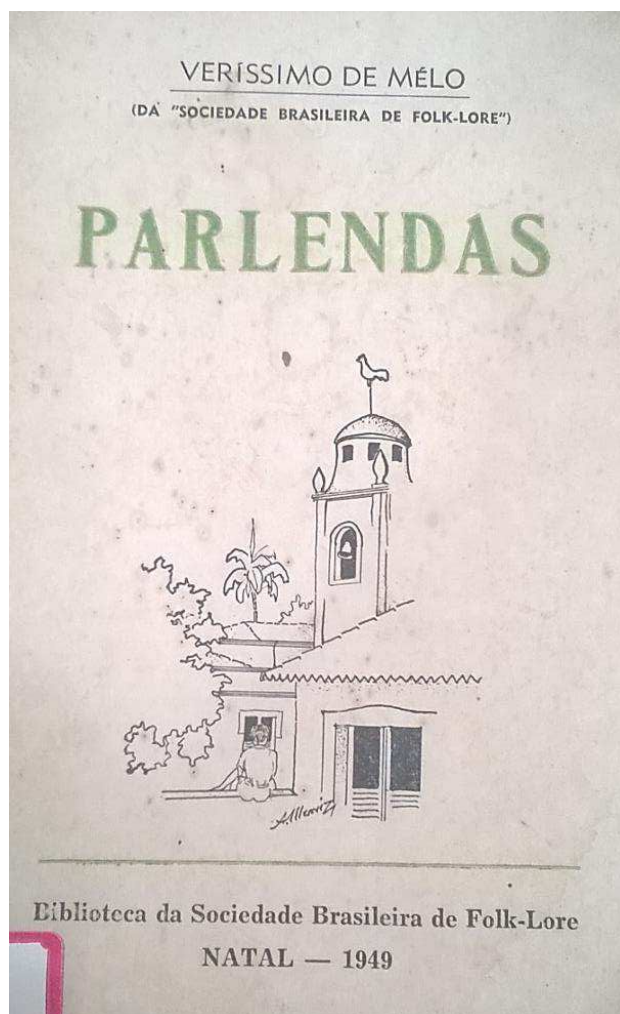


Imagem 1. *Parlendas*.

A imagem acima faz parte da capa do terceiro livro de Veríssimo de Melo: *Parlendas*, publicado no ano de 1949 pela Imprensa Universitária de Natal. Nela, podemos ver um menino, com a vista para a rua, sentado em cima do muro de uma casa. A árvore ao seu lado esquerdo e a janela no lado direito realçam a intimidade do cenário que encontra-se: dentro de uma casa, provavelmente a sua, onde busca sair – sua perna esquerda deslocando-se para fora denuncia tal ato. Paralelamente, o sino da Igreja balança-se. Talvez seja o sino das 18h – horário em que a missa esteja prestes a começar. Estaria o menino escapando rapidamente de sua casa para brincar na rua? Não sabemos,

são apenas hipóteses. Todavia, o garoto retrata bem o personagem e objetivo central do livro: Veríssimo e a sua construção folclórica de uma infância.

Para essa construção, usou a própria memória em breves passagens do livro, procurou parentes e amigos e recolheu suas lembranças infantis e analisou-as com outras similares – estas, encontradas em periódicos e livros. Por conseguinte, o autor estruturou a obra através de uma introdução e mais quatro capítulos: *Classificação*, *Brincos*, *Mnemonias* e *Parlendas*. Na capa, o livro foi apresentado como pertencente da “Biblioteca da Sociedade Brasileira de Folclore”, tornando notório o seu envolvimento com a instituição. Nas páginas seguintes, a SBF reaparece como orientadora metodológica.

A orientação técnica dos nossos trabalhos de pesquisa foi traçada pela Sociedade Brasileira de Folclore, da qual recebemos estímulo verdadeiro e ajuda financeira na publicação desta monografia. Ao seu digno presidente, dr. Luís da Câmara Cascudo, devo sábia cooperação e auxílio de todos os dias. Sem os seus ensinamentos, cultura, bondade cativante e desejo de servir à nossa terra, francamente como ainda estaríamos ignorando todo esse mundo de beleza e sabedoria, que é o folclore infantil brasileiro. (MELO, 1949, p. 11, grifos nossos. ANRL).

As parlendas, para Veríssimo (1949, pp. 13-14), são manifestações folclóricas que acontecem no meio infantil através de ditos ou rimas sem música com a finalidade de ensinar algo, divertir a própria criança ou criticar uma outra. Através desta definição, ele estabeleceu um diálogo com Cascudo ao analisar que este “divide as parlendas em duas seções: 1º - *Parlendas propriamente ditas*; 2º - *Mnemonias*. As primeiras com o fim exclusivo de divertir a criança. As segundas com o fim de ensinar-lhes alguma coisa, nomes ou números”. (MELO, 1949, p. 14). Veríssimo ainda afirmou que a postura adotada por Cascudo ao subdividir as parlendas em duas seções é de “perfeita lógica”, mas em sua ótica elas devem ser classificadas em três seções.

É perfeitamente lógica a divisão adotada pelo ilustre presidente da Sociedade Brasileira de Folk-lore. Nós, entretanto, de acordo com a opinião autorizada daquele Mestre patricio, deliberamos subdividir as Parlendas propriamente dita em duas seções: 1 – As mais

simples, ditas ou recitadas pelos pais ou mães-pretas, com o fim de entreter ou ninar crianças; e 2 – As outras, recitadas ou ditas pelas próprias crianças, com um fim especial.

Desta maneira, classificamos as parlendas em três seções:

1 – **BRINCOS** – As mais fáceis, as primeiras que ouvimos na infância, ditas ou recitadas pelos pais ou amas, para entreter ou aquietar meninos.

2 – **MNEMONIAS** – Ditas ou recitadas pelas próprias crianças, com o fim de fixar números ou nomes. Termo criado por Luís da Câmara Cascudo.

3 – **PARLENDAS PROPRIAMENTE DITAS** – As mais complexas, maiores, ditas ou recitadas pelas próprias crianças, com um fim especial, inclusive travalínguas, “ex-libris” infantis, etc. (MELO, 1949, pp. 14-15, grifos nossos. ANRL).

Os *Brincos*, sua primeira classificação sugerida, esteve vinculado “ao período em que a criança não aprendeu ainda a andar ou falar”, isto é, aos “primeiros e ingênuos mimos infantis, agradinhos de pais e mães carinhosos entretendo o bebê que está sem sono ou que acordou mais sorridente e feliz do que nunca”. Assim sendo, ele apresentou sua ideia dialogando com o leitor:

Quem não se recorda, por exemplo, do *Carneirinho*? A mãe ou o pai, segurando o bebê pela cintura, aproxima a cabeça da dele e imita a marrada o carneiro, dizendo:

Marra-marra,

Carneirinho.

Marra-marra,

Carneirinho. (MELO, 1949, p. 17, grifos nossos. ANRL.).

Quem não se recorda? Foi a pergunta que Veríssimo fez. O exemplo do *Carneirinho* citado foi resultado de suas entrevistas, mas nesse momento ele também tentou despertar no *dispositivo de memória* do leitor alguma lembrança vivenciada por este com o intuito de legitimar seu *brinco*. E por mais que o leitor venha a reconhecer-se nesse *brinco* tal qual ou com algumas modificações nas palavras, o autor sugere que pode ocorrer variações, sem interferir em sua ideia central: “outras pessoas em Natal, em lugar de *marra-marra*, preferem dizer: *Mari-mari, Carneirinho; Mari-mari, Carneirinho*. E outros ainda, mais dengosos, dizem: *Mali-mali, Carneirinho*, etc.” (MELO, 1949, p. 18).

Outro *brinco* mencionado por Veríssimo foi fundamentado na lembrança de sua mãe, que recolheu e registrou em seu livro:

Procura-se um bolinho na palma da mão da criança e pergunta-se:

- Cadê o bolinho que estava aqui?

- O rato comeu. (Responde-se).

Então, procura-se o ratinho, subindo o dedo no braço da criança e dizendo:

- Saiu por aqui, por aqui, por aqui e descansou aqui (Pára o dedo). Continuou a subir, a subir a subir e sujou aqui. (Nova parada). Saiu por aqui, por aqui e aqui dormiu. E assim vai, até parar nas axilas do bebê, fazendo cócegas e provocando torrentes de riso... (MELO, 1949, pp. 25-26, grifos do autor. ANRL).

Ao apresentar esse exemplo, o autor aponta uma memória afetiva materna, e também uma memória social, tendo em vista que esse tipo de carinho foi e talvez ainda seja muito comum. Teria sua mãe lembrado com exatidão dessa memória? Segundo a teoria de Bergson (1999, p. 89), por ser um caso específico de repetição, já que ela reproduziu várias vezes para o seu filho, a memória seria uma espécie de lembrança em que a repetição poderia substituir a imaginação e até causar devaneios – daí a necessidade que Veríssimo percebeu em buscar outros relatos similares, na tentativa de comparar as semelhanças e diferenças.

Dessa forma, ele realizou sua análise ao comparar com *brincos* de outros espaços e países. Uma dessas comparações esteve presente numa versão recolhida por Raimundo Magalhães, no Pará, em 1911, de que seria semelhante ao exemplo citado por Veríssimo, com exceção do nome do animal que comeu o *bolinho*, que seria um *gato* ao invés do *rato*. Outro caso ilustrado foi o *brinco* recolhido por Gustavo Barroso, em que a divergência seria o alimento: *toucinho* no lugar de *bolinho*. (MELO, 1949, p. 26).

Os *brincos*, segundo Veríssimo (1949, p. 32), por mais que variassem entre os povos, regiões e países, seriam idênticos em “sua essência, na ideia formadora”, e as crianças, independente da naturalidade e nacionalidade continuaram a levar consigo os *brincos* em “viagem anônima e ruidosa no Tempo...”.

As *Mnemonias*, segunda classificação, constituíram nas “parlendas que têm por fim ensinar alguma coisa aos meninos, nomes ou números”. (MELO, 1949, p. 33). Aqui,

o foco central já não é mais o cenário inicial da vida da criança, em que os pais proferem palavras e mimos afetuosos para seus filhos, mas de um quadro que as crianças e suas aprendizagens cotidianas são as protagonistas. Vejamos um exemplo citado pelo autor:

Um, dois, feijão com arroz,
Três, quatro, feijão no prato,
Cinco, seis, feijão pra nós três,
Sete, oito, feijão com biscoito,
Nove, dez, feijão com pasteis. (MELO, 1949, p. 33. ANRL).

Seguindo a linha de raciocínio de analisar e comparar as aproximações e divergências de outras parlendas, Veríssimo (1949, p. 34) mencionou uma nota publicada por Cecília Meireles no Jornal *A Manhã* (RJ): “a versão carioca difere da nossa na parte final: ‘5-6 cala a boca, Português; / 7-8 vá comer biscoito; / 9-10 vá lavar os pés / na cachoeira nº 10 / pra ganhar 500 réis’”. Desse modo, Veríssimo (1949, pp. 38-39) frisou que a ideia central dessas parlendas não se altera, apesar de serem recolhida em áreas tão diversas, tendo, portanto, a finalidade de educar as crianças.

As *parlendas propriamente ditas*, última classificação, consistiram nas brincadeiras realizadas entre as crianças sem a iniciativas dos pais ou de outros adultos – como foi o caso dos *brincos* – e sem o teor estrito de uma aprendizagem – *mnemonias*. (MELO, 1949, p. 41). O autor então exemplifica:

Quem não se recorda, por exemplo, da velha brincadeira de contar os botões do casaco ou da túnica da farda, dita e repetida nos colégios e escolas, nos encontros de meninos na rua, afim de saber com quem vão casar:
Rei,
Soldado,
Capitão,
Ladrão. (MELO, 1949, p. 43. ANRL).

Não obstante, Veríssimo mantém-se no método comparativo de análise. Dessa vez, ele utiliza uma parlenda de origem portuguesa para equiparar com a anterior:

Dr. Jaime Lopes Dias consigna a mesma rima usada em Portugal, nesta ordem:

Rei,

Capitão,

Soldado,

Ladrão. (MELO, 1949, p. 43. ANRL).

Então, ele pontuou que ao ter pesquisado nas versões brasileiras e portuguesas, o vocábulo *Rei* na parlenda indicaria antiguidade. Assim sendo, continuou que, “foi, sem dúvida, importada de Portugal, ao tempo do Brasil colônia e ainda hoje perdura no nosso folclore, indiferente às transformações políticas”. (MELO, 1949, p. 45). Ainda na última parte do livro, Veríssimo recorreu mais uma vez à memória familiar para a elaboração de sua obra, sendo proferida dessa vez pelo seu pai.

Meu **pai**, batendo papo uma noite, **relembrou** uns versos curiosos que aprendera no sertão, quando menino:

Adão foi feito de barro,

Eva, porém, foi de osso.

Camarão mora no poço,

No mar mora o chicharro,

Se gosta o médico do carro,

Se agarra a ostra ao rochedo,

Do gado o rato tem medo,

Foge o rato tem medo,

Foge o cordeiro do lobo.

O ébrio serve de bobo,

Vadio só quer brinquedo. (MELO, 1949, p. 56, grifos nossos. ANRL).

Ao passo que Veríssimo foi ao encontro do pai, escutou-o e arquivou o seu relato, ele atuou enquanto um *mediador*, pois exerceu o poder de gravar, selecionar e escrever o que levaria e tornaria público aos seus pares – e aqui, vale salientar, que a função de *mediador* não ficou restrita ao seu pai, mas foi exercida durante a produção de sua obra com os demais sujeitos. O pai, por sua vez, não ficou inerte. Segundo Gomes e Hansen (2016, p. 9), este assumiu o papel de *guardião da memória familiar*, que no momento oportuno de diálogo com alguém que fosse escrever e salvaguardar sua *memória* – nesse caso, o seu filho –, passou a produzir de maneira informal um arquivo de documentos ou de relatos sobre a história de sua família.

À vista disso, os versos *relembrados* pelo pai em suas vivências de menino seriam, nas reflexões de Deleuze (1999, p. 39), uma multiplicidade de momentos, encobertos por uma capa de lembranças. Essa multiplicidade não é operada de forma linear no cérebro, pois neste tudo é movimento. As lembranças, então, sucederiam de evocações realizadas pelo pai através das referências vividas.

Finalizada a obra e difundida entre seus pares – pois de acordo com Albuquerque Júnior (2013b, p. 36), são para os letrados que se adapta e organiza o material dito popular, procurando adequá-los às expectativas, ao gosto, aos interesses que julga ter este público –, Veríssimo apresentou uma ramificação do saber folclórico pouco analisada pelo MFB, além de ampliar as definições que o pensamento social brasileiro vinha elaborado. Portanto, aguçou a *movimentação* no meio intelectual, proporcionando diálogos para a institucionalização deste saber na academia. Mas isto são capítulos para novos ensaios, novas histórias.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013a.

_____. De Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. Ceará: **Trajeto Revista de História da UFC**, v. 3, n. 6, 2005, pp. 43-66.

_____. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)**. Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano II, n. 3, 1962a, pp. 47-62.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Tradução de Luiz B. L. Orlando. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção TRANS).

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. Ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 10. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro. (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 7-37.

GOMES, Danilo. “Estou citado num rótulo de garrafa de cachaça”. Brasília: **Letras**, 17 de fevereiro de 1991.

MELO, Veríssimo de. **Declaração**. Natal, 16 de novembro de 1949. ICC.

_____. **Diário de Pernambuco**: Vozes Tradicionais da Cidade, 20 de fevereiro de 1949. HDBN.

MELO, Veríssimo de. **Parlendas**. Natal: Imprensa Universitária, 1949. ANRL.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, pp. 227-267.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

**FALSO MORALISMO: ADULTÉRIO DE DONA ESTELA E AS LAMÚRIAS
DE MIRANDA**

Janicleide Noberto Machado

Graduanda em História – UFCG/CFP

janicleidemachado@hotmail.com

Aline Moura de Souza

Graduanda em História – UFCG/CFP

alinemour2@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o falso moralismo expresso na figura de Dona Estela, personagem do livro *O cortiço* de Aluísio de Azevedo, a partir da sua relação matrimonial de amor e ódio com Miranda, mantida apenas pelo renome social e econômico da esposa, que, por sua vez era considerada guardadora da moral e dos bons costumes vigentes na época, mas, traía o marido frequentemente. Serão utilizadas as contribuições de Oliveira (2007) e Samara (1995) para embasamento teórico acerca do adultério feminino nos séculos XVIII e XIX e nos valeremos de Pesavento (2003) e Junior (2010) para abordar a relação História e Literatura, contextualizando a modernização do período republicano com as mudanças ocorridas no cortiço após o incêndio e evocando a ideia que as mentalidades não se modificaram na mesma intensidade, pois, como o casamento de Dona Estela ocorreu por interesses, a união de sua filha Zulmirinha à João Romão também aconteceria por tal intuito.

Palavras-chave: Adultério; História; Literatura.

INTRODUÇÃO

A historiografia passou por diversas modificações ao longo dos séculos XIX e XX ganhando novas abordagens, e com a ascensão dos Analles modificam-se os modos de pensar a História, as fontes e as formas de escrever, ocorrendo um alargamento do campo